



Amato: 'Não se pode viver na obscuridade'

Para Amato, a Constituinte pode cercear o crescimento

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, disse ontem que "não se pode adotar um programa de modernização industrial e comercial, de atualização dos critérios para as exportações e importações, e depois a Constituinte cercear. Este é o nosso drama futuro". Amato falou à Agência Estado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio, onde debateu com os oficiais do Exército os problemas e os obstáculos que a livre iniciativa enfrenta para assegurar ao País uma produção de acordo com suas necessidades.

A conferência teve tal receptividade que Amato logo foi convidado para novos encontros com os militares, sendo marcada também uma visita de oficiais da Eceme à Fiesp. O empresário disse que as incertezas resultantes dos trabalhos da Constituinte "levam, muitas vezes, o setor privado a uma estagnação, e a preocupações de que venham a ser adotadas propostas do passado".

O empresário disse aos oficiais da Eceme que "a reforma industrial que o presidente Sarney acaba de fazer é um passo à frente para a modernização da economia brasileira, e até mesmo para que ela corres-

ponda aos avanços ocorridos no plano da economia internacional". Para o presidente da Fiesp, a necessidade de uma alta produção industrial justifica a modernização da política industrial.

A livre empresa está esperando ansiosamente a definição de regras. O governo deu uma definição clara, insofismável, moderna, mas é preciso que sua iniciativa seja confirmada pela nova Constituição. Existe um quadro de estagnação no setor privado, infelizmente, e nós não produzimos", disse o presidente da Fiesp.

O conferencista da Eceme disse, ainda, que "o setor privado quer produzir, quer assegurar uma alta produção, pretende garantir uma ampla oferta de emprego, mas isso só pode ser feito no momento em que se estabelecem regras definitivas, que até podem não ser as melhores, mas pelo menos que sejam claras, pois o que não se pode é viver na obscuridade".

Os oficiais da Eceme quiseram saber a opinião de Amato sobre o problema do déficit público. O empresário respondeu, no debate reservado, que "este não é um problema que só envolve o dinheiro para o pagamento do funcionalismo, pois está relacionado com a dívida externa e interna, com as despesas do governo e com a redução das estatais".